



Governança ambiental e apagamentos sensoriais: crítica à racionalidade tecnocrática e à negação do saber-sentir nos territórios¹

Kelly Maria Gomes Menezes²

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-6400-0649>

Maria de Nazaré Moraes Soares³

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1784-1944>

Maria Inês Escobar da Costa⁴

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7145-454X>

Resumo: Este artigo analisa criticamente a literatura acadêmica recente sobre governança ambiental, com base em uma revisão integrativa de 56 artigos publicados entre 2004 e 2023 na plataforma Redalyc. Identificou-se predominância de abordagens tecnocráticas, normativas e funcionalistas, com invisibilização das dimensões sensoriais, afetivas e territoriais das experiências humanas. Observa-se também a marginalização de saberes locais e epistemologias críticas, além da ausência de categorias como justiça ambiental, racismo ambiental e ecosocialismo. A partir do diálogo entre epistemologias críticas e ecológicas, propõe-se uma reinterpretação da governança como campo de disputa ontológica e afetiva. Defende-se, por fim, uma Educação Ambiental ampliada, que valorize os saberes, a corporeidade e o enraizamento nos territórios para abarcar dimensões sensoriais, relacionais e corporificadas da existência e do cuidado com o mais-que-humano.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Epistemologias Críticas. Territorialidade. Corporeidade. Governança Ambiental.

¹ Recebido em: 19/07/2025. Aprovado em: 09/11/2025.

² Doutora em Educação (UFC). Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC). Departamento de Fundamentos da Educação. Faculdade de Educação. <http://lattes.cnpq.br/5768872699906558> E-mail: kelly.menezes@ufc.br

³ Doutora em Administração e Controladoria (UFC). Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC). Departamento de Estudos Interdisciplinares. Centro de Ciências Agrárias. <http://lattes.cnpq.br/3073541276192824> E-mail: nazare.soares@ufc.br

⁴ Doutora em Educação (USP). Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC). Departamento de Ciências do Solo. Centro de Ciências Agrárias. <http://lattes.cnpq.br/2359052636977383> E-mail: escobar@ufc.br

Gobernanza ambiental y borramientos sensoriales: crítica a la racionalidad tecnocrática y a la negación del saber-sentir en los territorios

Resumen: Este artículo analiza críticamente la literatura académica reciente sobre gobernanza ambiental, con base en una revisión integradora de 56 artículos publicados entre 2004 y 2023 en la plataforma Redalyc. Se identificó una predominancia de enfoques tecnocráticos, normativos y funcionalistas, con invisibilización de las dimensiones sensoriales, afectivas y territoriales de las experiencias humanas. También se observa la marginación de saberes locales y epistemologías críticas, además de la ausencia de categorías como justicia ambiental, racismo ambiental y ecosocialismo. A partir del diálogo entre epistemologías críticas y ecológicas, se propone una reinterpretación de la gobernanza como campo de disputa ontológica y afectiva. Se defiende, finalmente, una Educación Ambiental ampliada, que valore los saberes, la corporeidad y el arraigo en los territorios para abarcar dimensiones sensoriales, relacionales y corporificadas de la existencia y del cuidado con lo más-que-humano.

Palabras clave: Educación Ambiental. Epistemologías Críticas. Territorialidad. Corporalidad. Gobernanza Ambiental.

Environmental governance and sensory erasures: a critique of technocratic rationality and the denial of knowing-feeling in territories

Abstract: This article critically analyzes recent academic literature on environmental governance, based on an integrative review of 56 articles published between 2004 and 2023 on the Redalyc platform. A predominance of technocratic, normative, and functionalist approaches was identified, with an invisibilization of the sensory, affective, and territorial dimensions of human experiences. The marginalization of local knowledge and critical epistemologies is also observed, as well as the absence of categories such as environmental justice, environmental racism, and ecosocialism. Through a dialogue between critical and ecological epistemologies, the article proposes a reinterpretation of governance as a field of ontological and affective dispute. It finally advocates for an expanded Environmental Education that values knowledge, corporeality, and territorial rootedness in order to embrace the sensory, relational, and embodied dimensions of existence and care for the more-than-human.

Keywords: Environmental Education. Critical Epistemologies. Territoriality. Corporeality. Environmental Governance.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o conceito de governança ambiental consolidou-se como eixo organizador de políticas públicas, tratados internacionais e produções acadêmicas voltadas à gestão dos recursos naturais e à sustentabilidade socioambiental. Essa expansão discursiva, embora aparente uma ampliação democrática da participação e da corresponsabilidade na administração dos bens comuns, frequentemente opera como instrumento de normatização e controle dos territórios, reproduzindo lógicas técnicas, gerenciais e centralizadoras. A literatura científica, especialmente aquela orientada por paradigmas institucionalistas, tem privilegiado métricas de desempenho, indicadores de efetividade e arranjos formais de cooperação interinstitucional, em detrimento de

abordagens que valorizem a experiência sensível, a corporeidade e os modos locais de vida e conhecimento.

Nesse contexto, este artigo parte do reconhecimento de que os discursos e práticas de governança ambiental têm contribuído não apenas para a invisibilização dos conflitos territoriais, mas também para o apagamento de formas plurais de relação com a natureza, com os corpos e com os lugares. Ao privilegiar uma racionalidade tecnocrática, funcionalista e desprovida de historicidade, muitos estudos e políticas desconsideram os vínculos afetivos e sensoriais que constituem os territórios como espaços vividos, experimentados e significados por sujeitos humanos e mais-que-humanos. Como lembra David Abram (1996), a experiência sensível e encarnada é a via primeira pela qual os humanos se conectam ao mundo natural, sendo a percepção não um ato individual isolado, mas um campo de relação entre corpos e ambientes. Essa constatação remete à necessidade de reorientar a análise crítica da governança ambiental a partir de perspectivas epistemológicas que reconheçam os modos de saber-sentir como fundamentos da Educação Ambiental.

A partir de uma revisão integrativa da literatura, com base em 56 artigos indexados na plataforma Redalyc e publicados entre 2004 e 2023, foram identificadas recorrentes ausências e silenciamentos na produção acadêmica: predominam abordagens normativas e prescritivas, que ignoram a dimensão sensível e afetiva da territorialidade, bem como a contribuição dos saberes populares, tradicionais e insurgentes. A marginalização de categorias como justiça ambiental, racismo ambiental, ecossocialismo e pedagogias territoriais indica uma tendência de esvaziamento crítico do debate, ainda mais grave em um contexto de crise civilizatória que exige uma reconfiguração ontológica e epistemológica do modo como se concebe a relação entre humanos e natureza.

Nesse sentido, propõe-se neste artigo um deslocamento do debate sobre governança ambiental de um plano abstrato e normativo para o campo da práxis concreta, situada e sensível. Inspirados no diálogo entre epistemologias críticas (materialistas, feministas, decoloniais) e epistemologias ecológicas (Steil; Carvalho, 2014), busca-se compreender como os processos de gestão ambiental têm operado apagamentos sensoriais e epistemicídios afetivos nos territórios. Tais apagamentos desautorizam e deslegitimam formas de conhecimento que não se enquadram nas

lógicas da técnica, da efetividade, da objetividade e da neutralidade, desconsiderando a experiência como categoria legítima de saber e ação.

Ao considerar a relevância da corporeidade, da sensorialidade e do vínculo afetivo no processo educativo, este trabalho aproxima-se das reflexões propostas por Payne (2020), Howes (1991) e Pink (2009), para quem o aprendizado ambiental não se reduz à aquisição de conteúdos conceituais, mas envolve múltiplas formas de engajamento sensível com o mundo. A negação dessas dimensões nos discursos hegemônicos de governança ambiental implica não apenas uma limitação cognitiva, mas uma mutilação da potência política e transformadora da experiência nos territórios. A pedagogia ambiental crítica, neste sentido, demanda uma revalorização dos corpos, dos afetos e dos saberes situados como eixos estruturantes da práxis ecológica.

Compreende-se, assim, que os territórios não são espaços neutros ou meros objetos de gestão, mas campos de disputa constante simbólica, política e sensorial. As formas de se relacionar com a terra, a água, os ciclos naturais e os seres mais-que-humanos são atravessadas por experiências históricas de colonização, violência, resistência e reinvenção. Ao invisibilizar essas camadas de significação, a governança ambiental convencional contribui para o que se pode denominar apagamento sensorial, um processo pelo qual se desqualificam os modos de sentir, viver e compreender o ambiente que escapam aos padrões eurocentrados e capitalistas dominantes de ordenamento espacial.

A proposta deste artigo, portanto, é contribuir para uma crítica à racionalidade dominante da governança ambiental, enfatizando a necessidade de construção de uma Educação Ambiental ampliada, que incorpore as dimensões sensoriais, relacionais e corporificadas da existência. Isso implica não apenas a abertura a outras ontologias, mas a radicalização do compromisso com a justiça ambiental e com a valorização das epistemologias latino-americanas, das práticas insurgentes e das pedagogias dos territórios. Trata-se de reconhecer que saber é também sentir, que a experiência tem densidade política, e que a transformação ecológica passa pela transformação das formas como percebemos, habitamos e nos vinculamos ao mundo.

Com base nessa problematização, o artigo está estruturado em quatro seções além desta introdução. A primeira apresenta os procedimentos metodológicos da revisão integrativa. Em seguida, analisa-se criticamente a produção acadêmica selecionada, com ênfase nos apagamentos epistêmico-sensoriais identificados no material. A terceira

seção propõe o diálogo entre epistemologias críticas e ecológicas como proposta de leitura e prática para a reconstrução do campo. Por fim, apontam-se contribuições para uma Educação Ambiental sensível, situada e comprometida com a experiência viva dos territórios.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA REVISÃO INTEGRATIVA

Este artigo tem como base uma revisão integrativa da literatura acadêmica sobre governança ambiental, com o objetivo de identificar não apenas os principais enfoques teóricos e metodológicos, mas também as lacunas analíticas e os silenciamentos epistemológicos que atravessam a produção científica sobre o tema nas duas últimas décadas. A revisão integrativa foi escolhida por sua capacidade de permitir uma análise crítica e abrangente de diferentes abordagens, conciliando sistematização e interpretação reflexiva dos achados (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Trata-se de um método que, ao invés de se limitar à avaliação da eficácia de evidências, busca compor um panorama crítico das tendências teóricas, epistemológicas e políticas que estruturam um determinado campo de estudos.

O levantamento de dados foi realizado na plataforma Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*), por meio do descritor “governança ambiental”, o que garantiu o foco em produções majoritariamente em língua portuguesa, publicadas por autores/as da América Latina. Optou-se por essa base devido à sua orientação crítica e aberta, alinhada a uma perspectiva de ciência pública, acessível e epistemologicamente plural, o que é coerente com os objetivos do presente trabalho. A escolha da expressão em português teve como finalidade privilegiar a produção regional, considerando que a noção de governança ambiental, embora globalizada, assume contornos específicos nas realidades latino-americanas, onde conflitos territoriais, racismo ambiental e colonialidade ainda são estruturantes.

O corpus final da revisão foi composto por 56 artigos publicados entre 2004 e 2023. Os critérios de inclusão consideraram: (i) publicações que abordassem diretamente o conceito de governança ambiental; (ii) artigos publicados em periódicos científicos avaliados por pares e disponíveis em acesso aberto; e (iii) textos que tratassesem da relação entre governança ambiental e práticas territoriais, políticas públicas, participação ou sustentabilidade. Foram excluídas revisões sistemáticas e textos excessivamente descriptivos que não apresentassem problematizações teóricas ou

críticas consistentes. Também foram descartados textos que tratavam de governança exclusivamente em termos empresariais ou sem vínculo com a questão ambiental. Para dar maior clareza ao processo de seleção, a Tabela 1 apresenta a quantidade de artigos inicialmente levantados, bem como o número de textos que atenderam aos critérios de inclusão e compuseram o corpus final:

Tabela 1 - Processo de seleção dos artigos (Plataforma Redalyc, 2004–2023)

Etapa do processo	Quantidade de artigos
Artigos identificados na busca inicial (descritor “Governança Ambiental”)	291
Artigos excluídos após aplicação dos critérios (editoriais, resenhas, relatos de caso, fora da temporalidade, sem acesso completo, etc.)	235
Corpus final da revisão integrativa	56

Fonte: Elaboração própria, a partir de levantamento realizado na Plataforma Redalyc (2004–2023).

Os artigos selecionados foram organizados e analisados por meio de um protocolo de leitura com categorias como: filiação teórica, enfoque metodológico, uso de conceitos-chave, presença de categorias críticas (como justiça ambiental, epistemologias locais, racismo ambiental), e menções a aspectos sensoriais, corporais ou afetivos na relação com os territórios. Essa última categoria foi incluída a fim de verificar o grau de presença – ou ausência – das dimensões sensíveis da experiência ambiental nos discursos acadêmicos analisados. Embora a maior parte dos estudos tenha se concentrado em análises institucionais e normativas, a leitura detalhada permitiu também identificar exceções significativas e tendências emergentes.

O procedimento de análise foi qualitativo, com base na leitura interpretativa crítica inspirada em autores do campo das epistemologias críticas e ecológicas. Partiu-se da compreensão de que a produção científica não é neutra, mas marcada por disputas de paradigmas, regimes de visibilidade e omissões estruturais. A partir dessa abordagem, buscou-se não apenas mapear tendências, mas interrogar os sentidos produzidos no campo da governança ambiental: quais corpos são escutados? Quais saberes são

autorizados? Quais experiências são sistematicamente apagadas? Essas perguntas orientaram a análise do material como uma forma de desvelamento epistemológico e político.

Por fim, é importante destacar que, por se tratar de uma pesquisa de natureza exclusivamente bibliográfica, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. A revisão integrativa aqui apresentada visa, portanto, não apenas sistematizar o que se tem produzido sobre o tema, mas tensionar o campo da governança ambiental a partir de perspectivas ainda pouco exploradas, como a sensorialidade, a corporeidade e a dimensão afetiva da experiência ecológica, entendidas como categorias políticas e pedagógicas centrais para uma Educação Ambiental comprometida com a transformação social.

APAGAMENTOS EPISTÊMICO-SENSORIAIS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE GOVERNANÇA AMBIENTAL

A análise crítica dos 56 artigos da revisão integrativa evidenciou a hegemonia de abordagens que concebem a governança ambiental como instrumento técnico, normativo e gerencial. Em vez de considerar os sujeitos, seus corpos, afetos e experiências sensíveis nos territórios, prevalece um discurso centrado em modelos institucionais, protocolos de gestão e indicadores de desempenho. Tal orientação reduz a complexidade da vida social a esquemas abstratos, descolados da práxis concreta. Como já advertia Marx, “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem” (Marx, 2017, p. 880).

A dissociação mencionada se confirma no corpus: em 56 artigos analisados, menos de 10% trazem menção explícita a categorias como sensorialidade, corporeidade, afetividade ou vínculo territorial. Ao invisibilizar essas dimensões, os textos analisados produzem o que Kosik (1976) chamou de pseudoconcreticidade: um saber que se apresenta como real, mas que é, na verdade, uma abstração ideológica. A governança ambiental, apresentada como neutra e técnica, encobre as relações de poder, de dominação e de exclusão que a estruturam. Nas palavras de Kosik, trata-se de “uma realidade falsa, que se impõe como verdadeira” (Kosik, 1976, p. 60).

Além disso, nota-se a marginalização sistemática dos saberes populares, tradicionais e insurgentes. Exceções como o artigo de Sánchez (2021), sobre a bacia do

Caroní, demonstram vínculos culturais com a água, mas, no conjunto, essas experiências aparecem de forma periférica, tratadas como dados acessórios ou objetos de intervenção, jamais como formas legítimas de racionalidade socioambiental. Ignorar os modos de saber-sentir que brotam da vida coletiva é romper com o elo dialógico entre sujeitos e mundo. Esse epistemicídio é particularmente grave quando se considera, como lembra Paulo Freire, que

[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (Freire, 2013, p. 69).

Também se evidenciou a carência de referenciais críticos no plano teórico. A maioria dos textos não dialoga com autores latino-americanos nem com a tradição crítica. Figuras como Marx, Gramsci ou Mészáros – cujas contribuições são essenciais para compreender os mecanismos ideológicos do capital e da dominação territorial – são virtualmente ausentes. Como destacou Gramsci (1999), a hegemonia cultural se exerce através do consenso, e não apenas pela coerção. A governança ambiental, ao se revestir de linguagem participativa e sustentável, atua como um dos instrumentos dessa hegemonia, ensinando os sujeitos a aceitarem sua exclusão como natural.

Em termos metodológicos, predomina uma orientação funcionalista e avaliativa, baseada em estudos de caso descritivos, revisões normativas e medições quantitativas. As abordagens sensíveis, corporificadas ou narrativas são extremamente raras. Não se encontram metodologias que reconheçam o corpo como lugar de saber ou a experiência como dimensão constitutiva da aprendizagem ambiental. Desconsiderar os saberes corporais, emocionais e territoriais é, portanto, uma forma de exclusão e silenciamento. Em contraposição, Freire (2011) afirma que a experiência educativa deve possibilitar que educandos e educadores convivam com diferentes saberes de modo que esses conhecimentos se transformem em sabedoria. Para o autor, educadores e educadoras, conscientes de seu inacabamento, devem se abrir à busca e à curiosidade, compartilhando o processo de aprendizagem.

A linguagem adotada nos artigos também revela esse apagamento: é impessoal, abstrata e marcada por vocabulário técnico. Os territórios são tratados como unidades de gestão e os sujeitos como “atores sociais” homogêneos, sem nome, sem corpo e sem história. Isso reflete a crítica feita por Mészáros (2011), segundo a qual o capital não

opera apenas pela exploração direta, mas por uma rede de mediações que inclui a educação, a linguagem e a própria produção do conhecimento. Para ele, “[...] [estamos] diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico” (Mészáros, 2011, p. 1005).

Não se trata apenas de uma lacuna, mas de uma forma ativa de produção de ignorância, construída a partir de uma lógica racionalista e produtivista que impede que o saber sensível entre na arena legítima do conhecimento científico. (Bertazi; Colacios, 2023). Como aponta David Harvey (2014), “a acumulação por espoliação” se atualiza não apenas por meio da expropriação material dos territórios, mas também pela captura do simbólico, do epistemológico e do afetivo. A governança ambiental, nesse contexto, legitima o esvaziamento de sentidos territoriais em nome da sustentabilidade global.

Também é ausente a análise das contradições materiais que estruturam os conflitos ambientais. Não se discute a propriedade da terra, a financeirização da natureza ou a lógica de mercantilização da vida. A governança é apresentada como um campo consensual, em que a participação e a técnica substituem o antagonismo e a política. Ao fazer isso, a literatura se alinha a um projeto pedagógico onde, segundo Freire, “pensar autenticamente é perigoso. O estranho humanismo desta concepção “bancária” se reduz à tentativa de fazer dos homens o seu contrário – o autômato, que é a negação de sua ontológica vocação de *ser mais*” (Freire, 2013, p. 62, grifo do autor).

A análise dos 56 artigos permite propor uma tipologia preliminar de apagamentos epistêmico-sensoriais, que pode ser organizada em quatro dimensões principais: (i) silenciamento do corpo e dos afetos, quando a experiência sensível e encarnada é excluída do debate sobre governança; (ii) neutralização dos conflitos socioambientais, quando o dissenso é tratado como falha de gestão e não como expressão legítima das disputas territoriais; (iii) managerialismo e fetichismo das métricas, quando a governança é reduzida a indicadores de desempenho e eficácia institucional; e (iv) descarte ou exotização dos saberes locais, quando conhecimentos tradicionais, indígenas ou camponeses são tratados de modo periférico ou meramente ilustrativo.

A explicitação dessa tipologia, em diálogo com Marx, Freire e Leff, contribui para evidenciar que tais apagamentos não são casuais, mas resultam de uma racionalidade histórica que organiza a natureza e os sujeitos a partir de uma lógica

instrumental do capital. Por outro lado, as exceções identificadas – ainda que minoritárias – permitem vislumbrar práticas insurgentes que desafiam essa lógica, como experiências indígenas e ribeirinhas que articulam o manejo da água, os vínculos afetivos e a memória coletiva.

Os apagamentos epistêmico-sensoriais constatados não são apenas omissões, mas parte de uma racionalidade dominante que estrutura a produção do conhecimento no campo ambiental. (Steil; Carvalho, 2014). O desafio é resgatar uma Educação Ambiental que parta da experiência viva dos territórios, que reconheça os saberes encarnados nos corpos, nas caminhadas, nas lutas e nos afetos. Como escreveu Freire, “Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo.” (Freire, 2011, p. 24). E ainda, em outra obra: “Para dominar, o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a práxis verdadeira. Negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo.” (Freire, 2013, p. 126). Nessa ótica, a governança ambiental precisa ser reaprendida também a partir das contradições, da escuta e da presença nos territórios plurais e historicamente em disputa.

DIÁLOGO ENTRE EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS E ECOLÓGICAS: CAMINHOS PARA A RECONSTRUÇÃO DO CAMPO

A crítica aos apagamentos epistêmico-sensoriais identificados na literatura sobre governança ambiental exige a articulação entre dois eixos de pensamento profundamente transformadores: de um lado, as epistemologias críticas, enraizadas no materialismo histórico-dialético, que desvelam as estruturas de dominação e as formas ideológicas da reprodução capitalista; de outro, as epistemologias ecológicas, que enfatizam a experiência sensível, relacional e corporificada da existência no mundo. O entrelaçamento entre essas perspectivas permite repensar radicalmente os fundamentos da Educação Ambiental e reconfigurar a noção de governança como prática pedagógica territorializada e emancipadora.

Na análise dos 56 artigos selecionados, observa-se a predominância de estudos de caso descritivos e avaliações de desempenho de conselhos gestores, com forte ênfase em métricas e indicadores. Por exemplo, a maior parte dos artigos publicados em revistas da área de Administração analisa conselhos ambientais majoritariamente a

partir da “efetividade de instrumentos de governança”, sem considerar as experiências vividas nos territórios. No recorte 2004–2023, a produção concentrou picos em 2012 (9 artigos) e 2015 (8), indicando momentos de inflexão do debate; do total, 36 estão em português, 12 em inglês e 8 em espanhol.

Para dar maior transparência ao processo interpretativo, a Tabela 2 apresenta a frequência com que determinadas categorias analíticas emergiram no corpus de 56 artigos. Observa-se que predominam estudos de caso descritivos (60,7%) e análises baseadas em métricas de desempenho (50,0%), ao passo que categorias críticas como justiça ambiental (10,7%), racismo ambiental (3,6%) e saberes tradicionais (8,9%) aparecem de forma periférica. As metodologias sensíveis e as experiências indígenas, ribeirinhas ou camponesas constituem exceções minoritárias, mas revelam potenciais caminhos de reorientação. Esses percentuais reforçam a predominância de um enquadramento institucional/gerencial e evidenciam a marginalidade das categorias críticas no período analisado.

Tabela 2 – Frequências das categorias identificadas nos artigos revisados
(Redalyc, 2004–2023)

Categoria analítica	Nº de artigos	% do total	Observações
Estudos de caso descritivos / normativos	34	60,7 %	Predominam análises institucionais, centradas em conselhos e arranjos de governança.
Uso de métricas e indicadores de desempenho	28	50,0 %	Ênfase em efetividade/eficiência; pouco diálogo com contextos territoriais.
Justiça ambiental	6	10,7 %	Aparece de forma periférica, raramente como eixo central da análise.
Racismo ambiental	2	3,6 %	Quase ausente, sem aprofundamento conceitual.
Saberes tradicionais / epistemologias locais	5	8,9 %	Citados de forma pontual; em geral não estruturam a análise.
Metodologias sensíveis (cartografia social, narrativas, etnografia do sensível)	4	7,1 %	Exceções significativas, mas ainda minoritárias.
Experiências indígenas, ribeirinhas ou camponesas	3	5,4 %	Destacam vínculos com água, terra e ciclos de vida; permanecem marginais no debate.

Fonte: Elaboração própria, a partir de levantamento realizado na Plataforma Redalyc (2004–2023). Nota: as categorias não são mutuamente exclusivas; um mesmo artigo pode ser classificado em mais de uma categoria.

Do ponto de vista das epistemologias críticas, então, é fundamental reafirmar que o modo de produção capitalista não apenas explora o trabalho, mas instrumentaliza a

natureza e desumaniza os sujeitos. Como lembra Foster (2021, p. 222), “Como o capital entendeu desde o princípio, essas mudanças [sustentáveis] ameaçariam toda a ordem político-econômica, visto que, uma vez que a população fosse mobilizada para a mudança, todo o metabolismo da produção capitalista seria desafiado.” A governança ambiental, nesse contexto, torna-se uma das mediações desse controle ampliado, ao operar como tecnologia de neutralização dos conflitos e reconfiguração da participação sob os moldes da racionalidade gerencial.

Essa crítica é reforçada por Marx, quando ressalta que a relação entre seres humanos e natureza não é externa, mas constitutiva:

A natureza é o corpo inorgânico do homem [...]. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.” (Marx, 2010, p. 85)

Ao esvaziar essa relação de sua densidade histórica, afetiva e sensível, os discursos tecnocráticos não apenas distorcem o conteúdo da prática ambiental, mas retiram dela seu potencial transformador. A governança, nesse registro, transforma a natureza viva em objeto de cálculo, e os sujeitos históricos em “atores” funcionais, esvaziados de corporeidade e agência.

A revisão mostrou que, embora predomine uma orientação normativa e tecnocrática, também foi possível identificar alguns trabalhos que evidenciam tanto os limites dessa abordagem quanto, em menor escala, experiências alternativas. Em determinados artigos, aparecem análises centradas em conselhos gestores e arenas deliberativas, nas quais a governança é tratada sobretudo em termos de efetividade, monitoramento e eficiência institucional. Já em outros casos, ainda minoritários, surgem narrativas que valorizam vínculos culturais e afetivos, como nas experiências de comunidades ribeirinhas. Essa combinação pode ser ilustrada pelos exemplos a seguir:

- (i) avaliação do Conselho Deliberativo da Resex Canavieiras por análise de atas, com registro de baixa efetividade e déficits de monitoramento (Cardozo et al., 2012);
- (ii) análises normativas que reforçam o foco em legitimidade e eficiência das arenas deliberativas (Martins, 2015);
- (iii) não há no corpus um relato ribeirinho que articule manejo da água a memórias, afetos e ritmos sazonais; o caso mais próximo trata da bacia do rio Caroní, com ênfase em governança horizontal e práticas culturais (Sánchez, 2021).

As epistemologias ecológicas reivindicam a experiência vivida, a sensorialidade e a relação com o mais-que-humano como fundamentos legítimos da leitura e produção de conhecimento. Para Carvalho e Ortega (2024), é necessário reconhecer o corpo como território de saberes, afetos e insurgências, superando a cisão entre sujeito e mundo que ainda marca profundamente a racionalidade científica dominante. Os autores propõem uma pedagogia ambiental ancorada na escuta, no envolvimento e na presença coletiva. Essa perspectiva rompe com a tradição do pensamento abstrato e desvinculado da experiência concreta, propondo uma ecologia de saberes situada, relacional e afetiva. Desse modo,

Ao invés de uma ciência que clama pelo monopólio da verdade, mais produtivo seria pensar em práticas científicas que se relacionem de modo plural com a razão, que assumam sua singularidade, e que reconheçam outros e múltiplos saberes necessários aos acordos que temos que fazer por nossa existência em um mundo mais que humano. (Carvalho; Ortega, 2024, p. 17)

Os achados reforçam que a articulação entre epistemologias críticas e ecológicas não pode ser apenas um exercício teórico, mas precisa dialogar com os dados concretos levantados. Mostrar como os artigos analisados silenciam, ou em raros casos destacam, a dimensão sensível, ajuda a sustentar a necessidade da reorientação proposta, como sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Temáticas e abordagens identificadas nos artigos revisados (Redalyc, 2004–2023)

Categoria	Exemplos de temáticas / enfoques	Observações
Predominantes (hegemônicos)	Estudos de caso descritivos; análises normativas de políticas; avaliações de conselhos gestores; uso de indicadores e métricas de desempenho	Representam a maioria dos artigos; centrados em perspectiva institucional/gerencial; pouca ênfase no território vivido
Ausências / silenciamentos	Justiça ambiental; racismo ambiental; ecossocialismo; saberes tradicionais; pedagogias territoriais	Quase nunca aparecem de forma explícita; quando citados, não são centrais à análise
Exceções significativas	Experiências indígenas, ribeirinhas ou camponesas; relatos sobre vínculos afetivos e sensoriais com a terra e a água	Poucos artigos (minoritários) abrem espaço para metodologias sensíveis, mas sem se tornarem referência dominante

Fonte: Elaboração própria, a partir de levantamento realizado na Plataforma Redalyc (2004–2023).

Como se vê no Quadro 1, prevalecem análises normativas e métricas de desempenho, enquanto justiça/racismo ambiental e pedagogias territoriais aparecem de modo marginal; as raras exceções sensíveis evidenciam potenciais caminhos

metodológicos ainda pouco explorados. Essa configuração permanece estável mesmo nos momentos de maior produção acadêmica – como em 2012 e 2015, quando houve picos de publicações –, o que mostra que a expansão quantitativa não se converteu, até aqui, em centralidade das abordagens sensíveis.

A crítica estrutural à dominação capitalista não se opõe, mas se complementa com o reconhecimento das formas plurais de existência e resistência nos territórios. A pedagogia freiriana já antecipava essa articulação ao propor uma educação “enraizada na vida”, em que não há saber mais ou saber menos: há saberes “diferentes” (Freire, 2013). Para o autor, a transformação do mundo também passa pela escuta do outro, pelo reconhecimento da experiência como fonte de saberes e pela recusa da imposição de uma lógica homogênea e autoritária.

Nesse sentido, a Educação Ambiental precisa deixar de ser uma técnica de persuasão para tornar-se um campo de construção coletiva de sentidos, onde os territórios são compreendidos como espaços pedagógicos. Isso implica, como aponta Gramsci (1999), disputar a hegemonia cultural por meio da produção de novas narrativas, práticas e saberes. Nos artigos revisados, é possível perceber que essa dimensão contra-hegemônica é limitada: as análises concentram-se em arranjos institucionais e raramente abordam as práticas coletivas insurgentes de base comunitária. Apenas em poucos trabalhos, por exemplo, a ação de movimentos sociais é reconhecida como forma legítima de governança territorial, o que reforça a importância de ampliar esse enfoque. A governança, enquanto campo de disputas, pode ser reapropriada desde baixo, como instrumento de fortalecimento das lutas territoriais e expressão de práticas emancipatórias.

A revalorização da dimensão sensível da experiência também convoca à reinvenção metodológica. Abordagens como a cartografia social, as caminhadas sensoriais, os relatos de memória e as narrativas de vida devem ser incorporadas como formas legítimas de pesquisa e educação ambiental. Essas metodologias permitem não apenas conhecer o território, mas sentir com ele, restaurando vínculos desfeitos pela racionalidade produtivista. Da mesma forma, conhecer exige presença, afeto e corporeidade. Alguns artigos excepcionais já ensaiam esse movimento, relatando experiências de mapeamento comunitário ou de escutas coletivas em contextos rurais e urbanos periféricos. Entretanto, esses exemplos são minoritários e, em geral, não recebem destaque como alternativas metodológicas relevantes.

Essa virada epistemológica também exige romper com o antropocentrismo que sustenta boa parte das políticas de sustentabilidade. As epistemologias ecológicas propõem o reconhecimento de uma multiplicidade de formas de vida – humanas e não humanas, sem especismo – como sujeitos de direito e de cuidado. Trata-se de reconhecer o que Freire chamou de “vocação ontológica do ser humano para o inédito” (Freire, 2011, p. 94), ou seja, a capacidade de criar novos modos de vida em comum, baseados na solidariedade, na escuta e na convivência com o diferente.

A tese aqui defendida é que, ao articular as epistemologias críticas e ecológicas, o campo da governança ambiental pode ser radicalmente ressignificado. De ferramenta de controle e ordenamento, ela pode tornar-se um dispositivo de resistência, de reinvenção de mundos e de construção de um futuro comum. Isso requer não apenas novas práticas, mas uma nova ética e uma nova ontologia, que reconheça a interdependência, a pluralidade e a dignidade de todas as formas de vida. A Educação Ambiental, nesse horizonte, torna-se o campo privilegiado dessa transição epistemológica, ontológica e política. Essa perspectiva vem ao encontro da crítica feita por Moore (2022, p. 165) à apropriação da natureza pelo capital: “O Capitaloceno não significa capitalismo como sistema econômico e social. Não é uma inflexão radical da Aritmética Verde. Em vez disso, entende o capitalismo como uma maneira de organizar a natureza – como uma ecologia-mundo multiespécies, situada e capitalista”.

Em síntese, reconstruir o campo da governança ambiental exige uma pedagogia sensível e crítica, que se comprometa com a transformação das estruturas de dominação e com a revalorização dos saberes encarnados nos territórios. Como nos ensina Leff (2009, p. 21), a Educação Ambiental consiste em

um saber que faz parte do ser, na articulação do real complexo e do pensamento complexo, no entrecruzamento dos tempos e na reconstituição das identidades. O saber ambiental se inscreve no terreno do poder que atravessa todo saber, do ser que sustenta todo saber e do saber que configura toda identidade. O saber ambiental constrói estratégias de reapropriação do mundo e da natureza.

A convergência entre a epistemologia crítica e a epistemologia ecológica não é apenas possível, mas necessária. É dessa convergência que podem emergir novas práticas de cuidado, de escuta e de reexistência. Compreender a governança ambiental como práxis emancipatória implica reconhecer os territórios como espaços vivos, plurais e politicamente tensionados. Neles se entrelaçam narrativas de resistência, práticas de cuidado e modos de existência que não cabem nas lógicas da mensuração e

da neutralidade. Reconfigurar a governança sob esse prisma exige abrir-se à escuta de vozes historicamente silenciadas, de saberes outros que não se traduzem em métricas, mas em experiências partilhadas e enraizadas. O território, assim, deixa de ser objeto de intervenção para se tornar sujeito de pedagogia.

Essa reconfiguração também demanda o rompimento com a dicotomia entre teoria e prática, entre conhecimento e sensibilidade. A ação pedagógica em contextos de governança ambiental precisa envolver o corpo, o afeto, a memória e o pertencimento. Ao invés de formar sujeitos para adaptar-se a modelos preexistentes, trata-se de educar para transformar, para intervir de forma situada e ética nas dinâmicas que moldam a vida nos territórios. (Martins; Araujo, 2021). A Educação Ambiental, nesse contexto, assume seu papel como campo de disputa simbólica e política, onde se forjam sentidos contra-hegemônicos de natureza, justiça e existência (Leff, 2009). Ao destacar essa dimensão, o artigo pretende mostrar que a reconstrução do campo depende não apenas da crítica teórica, mas também do reconhecimento de como os próprios dados da revisão evidenciam o silenciamento das experiências corporificadas e, ao mesmo tempo, apontam caminhos para metodologias mais inclusivas.

Nesse horizonte, a racionalidade instrumental que ancora a governança hegemônica deve ceder lugar a uma razão sensível, capaz de dialogar com o complexo, o contraditório e o diverso. Isso significa colocar em xeque a centralidade dos dispositivos técnicos de decisão e revalorizar os processos coletivos de construção de sentidos e de soluções locais. A governança ambiental torna-se, então, menos uma resposta normativa e mais uma pergunta aberta: como viver juntos em territórios marcados por assimetrias, mas também por potências?

Reconstituir o campo da governança ambiental sob essas bases é um desafio teórico, político e pedagógico. Supõe desfazer camadas de colonização do pensamento e abrir-se ao inédito viável (Freire, 2011), ao imprevisível e ao sensível (Carvalho; Ortega, 2024) como fontes legítimas de saber e ação. Mais do que adaptar-se aos marcos da sustentabilidade institucional, trata-se de inscrever a justiça ambiental no cotidiano dos corpos e dos territórios, nas trilhas que se percorrem, nos alimentos que se cultivam, nos rios que se defendem e nas palavras que se compartilham. É nesse enraizamento que floresce uma outra governança, não mais como imposição, mas como criação partilhada.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou analisar criticamente a produção acadêmica sobre governança ambiental nas duas últimas décadas, com base em uma revisão integrativa de 56 artigos publicados na plataforma Redalyc entre 2004 e 2023. Ao longo da investigação, tornou-se evidente que a literatura científica sobre o tema tem sido amplamente dominada por uma racionalidade tecnocrática e normativista, que privilegia abordagens gerenciais, indicadores de desempenho e dispositivos institucionais de regulação dos territórios.

Identificou-se que tais abordagens tendem a esvaziar as dimensões sensíveis, afetivas e corporificadas da experiência ambiental, reforçando a separação entre sujeito e natureza, entre conhecimento e vida. Como demonstrado na Tabela 2 e no Quadro 1, categorias críticas como justiça ambiental, racismo ambiental e pedagogias territoriais aparecem em menos de 15% dos artigos analisados, enquanto metodologias sensíveis não ultrapassam 7%, reforçando o diagnóstico de que o campo permanece atravessado por silêncios estruturais e omissões analíticas que comprometem seu potencial transformador.

A partir dessa constatação, propôs-se um deslocamento epistemológico e metodológico que permita repensar a governança ambiental não como ferramenta neutra de gestão, mas como campo de disputas políticas, ontológicas e sensoriais. Essa inflexão demanda a valorização dos saberes situados, das práticas de cuidado e das formas de resistência territorial que emergem dos sujeitos coletivos historicamente subalternizados. Reivindicar esses saberes é também reconhecer a pluralidade de modos de viver, sentir e se vincular aos territórios.

O artigo defende que a Educação Ambiental constitui um espaço privilegiado para a reconfiguração crítica da governança. Ao invés de servir como instrumento de adesão a políticas instituídas, a educação deve promover a escuta, o diálogo e a coprodução de sentidos com base nas experiências concretas dos sujeitos e nos modos de vida enraizados nos territórios. Isso exige abrir mão da centralidade do conhecimento técnico em favor de práticas pedagógicas que mobilizem a sensorialidade, a corporeidade e o afeto como dimensões constitutivas do aprender ambiental. Entre as metodologias possíveis, destacam-se a cartografia social, as caminhadas sensoriais e os

círculos de leitura territorial, que revalorizam os vínculos afetivos e a experiência encarnada nos processos educativos.

Nesse contexto, a articulação entre epistemologias críticas e epistemologias ecológicas surge como uma estratégia promissora para reconstruir o campo da governança ambiental. Essa convergência permite manter a análise estrutural das formas de dominação ao mesmo tempo em que valoriza os saberes insurgentes, a vida cotidiana e os modos de existência que escapam à lógica produtivista e instrumental da sustentabilidade oficial. Não se trata de renunciar à crítica, pelo contrário, trata-se de ampliá-la, incorporando outros modos de conhecer, viver e educar.

A superação dos apagamentos epistêmico-sensoriais identificados na produção científica requer não apenas novos referenciais teóricos, mas também a reinvenção das práticas de pesquisa e de ensino. É preciso escutar o território, caminhar com ele, aprender a partir do corpo e das memórias, dos vínculos afetivos e dos modos de fazer que sustentam a vida em comum. Somente assim será possível construir uma governança que não seja imposição de modelos abstratos, mas expressão de processos coletivos, plurais e sensíveis de autodeterminação dos territórios.

Esse horizonte implica também a reconfiguração da própria noção de sustentabilidade, deslocando-a do campo da gestão do “capitalismo verde” para o da convivência, da reprodução da ordem para a invenção de novas formas de vida. Sustentar a vida, em sua multiplicidade e complexidade, exige abandonar a busca por consensos superficiais e abrir espaço para o conflito, a diferença e a criação. A Educação Ambiental, nesse processo, torna-se pedagógica na medida em que se torna política, sensível e contextualizada.

Por fim, este artigo espera contribuir com o fortalecimento de uma abordagem crítica, afetiva e territorializada da governança ambiental. Ao evidenciar as limitações da produção acadêmica dominante e ao propor caminhos alternativos a partir do diálogo entre epistemologias, pretende-se abrir espaço para uma Educação Ambiental comprometida não apenas com a conservação dos ecossistemas, mas com a transformação das formas de habitar, de conhecer e de cuidar do mundo em comum. Reconhece-se, contudo, a limitação metodológica da pesquisa, circunscrita a artigos da plataforma Redalyc, o que sugere a necessidade de estudos futuros que ampliem o escopo para outras bases.

REFERÊNCIAS

- ABRAM, David. **The Spell of the Sensuous:** perception and language in a more than-human world. New York: Vintage, 1996.
- BERTAZI, Marcio Henrique; COLACIOS, Roger Domenech. Educação ambiental nas lareiras do capital: uma crítica à agenda neoliberal. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, e123264, 2023.
- BOTELHO, Lívia Lins; CUNHA, Cynthia Magaly Fernandes; MACEDO, Maíra. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011.
- CARDOZO, Leriane Silva; PORTO, Micheline Flôres; PIMENTEL, Patrícia Carla Barbosa; RODRIGUES, Jaqueline Sicupira; SCHIAVETTI, Alexandre; CAMPIOLO, Sofia. Discussões do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, Brasil: da gestão pesqueira à ambiental. **Revista de Gestão Costeira Integrada – Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 12, n. 4, p. 463-475, 2012.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; ORTEGA, Miguel Ángel Arias. Aprendizagens em tempos do fim de um mundo e a abertura de múltiplos mundos: reflexões desde a educação ambiental. **Revista COCAR**, v. 3, p. 1–23, 2024.
- FOSTER, John Bellamy. Pegando fogo desta vez. Tradução de Fábio de Maria. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 61, p. 209–234, set./dez. 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- HOWES, David. **The varieties of sensory experience:** a sourcebook in the anthropology of the senses. Toronto: University of Toronto Press, 1991.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 17-24, 2009.
- MARTINS, Rodrigo Constante. Fronteiras entre desigualdade e diferença na governança das águas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 221-238, jan./mar. 2015.

MARTINS, Victor de Oliveira; ARAUJO, Alana Ramos. Crise Educacional e Ambiental em Paulo Freire e Enrique Leff: por uma pedagogia ambiental crítica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, UFRGS, v. 46, n. 2, p. 1-21, 2021.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro III**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cesar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOORE, Jason. **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. Tradução de Antônio Xerxesky e Fernando Silva e Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

PAYNE, Phillip G. Critical ontology and environmental education: social, moral and "normal" norms across ontologies. **Environmental Education Research**, v. 26, n. 9-10, p. 1276–1300, 2020.

PINK, Sarah. Doing sensory ethnography. London: SAGE Publications, 2009.

SÁNCHEZ, Becker. Análisis de gobernabilidad en un sistema socio-ecológico complejo: cuenca del río Caroní, Venezuela. **Cuadernos Inter.c.a.mbio sobre Centroamérica y el Caribe**, San José, v. 18, n. 2, p. 115-140, jul./dez. 2021.

STEIL, Carlos Alfredo J.; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Epistemologias ecológicas: desafios para a educação ambiental latino-americana. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 9, n. 2, p. 12–35, 2014.
